



OS POVOS DO OPARÁ: FRATURAS CONTRA-COLONIAIS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA¹

Beatriz Barbosa

RESUMO

Este trabalho tem como intuito analisar as origens da formação territorial do Brasil, que encontram-se assentadas em bases coloniais, investigando como essa organização espacial se perpetua há mais de cinco séculos na sociedade brasileira, se aprofundando e vestindo novas roupagens - como o desenvolvimentismo e o neoextrativismo -. A partir disso, buscaremos evidenciar as limitações desse modo de produção do espaço, trazendo à superfície a existência de fraturas contra-coloniais, que resistem e questionam a hegemonia desse sistema moderno-colonial. Dessa maneira, a partir de uma experiência em campo realizada em 2018 e que acarretou em uma Monografia defendida em 2020, apresentaremos o espaço de retomada iniciada na TI Entre Serras Pankararu, localizada no Sertão do São Francisco, estado de Pernambuco, como uma possibilidade de construção de horizontes emancipatórios e autônomos.

Palavras-chave: Colonialidade; Contra-colonização; Pankararu.

¹ Este trabalho é resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso que conferiu o título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no ano de 2020.

THE PEOPLE OF OPARÁ
Counter-colonial fractures in Brazilian territorial formation

ABSTRACT

This work aims to analyze the origins of the territorial formation of Brazil, which are based on colonial bases, investigating how this spatial organization has been perpetuated for more than five centuries in Brazilian society, deepening and wearing new clothes - such as developmentalism and neoextractivism -. From this, we will seek to highlight the limitations of this mode of space production, bringing to the surface the existence of counter-colonial fractures, which resist and question the hegemony of this modern-colonial system. In this way, based on a field experience carried out in 2018 and which resulted in a Monograph defended in 2020, we will present the occupation initiated at TI Entre Serras Pankararu, located in the Sertão do São Francisco, state of Pernambuco, as a possibility of building emancipatory and autonomous horizons.

Keywords: Coloniality; Counter-colonial; Pankararu.

INTRODUÇÃO

Segundo Santos (2019), o Brasil se constitui como uma referência conservadora para a América Latina. Fundado em uma economia escravocrata e no extermínio de populações negras e indígenas, o Brasil desde o princípio teve o seu território organizado de maneira a atender as demandas do grande capital. As raízes deste sistema colonial permaneceram entranhadas na formação da sociedade brasileira, se atualizando por meio de políticas como a do branqueamento da população - implementada no séc. XIX -, ou mais recentemente, a formulação do Marco temporal - tese criada em 2017 -, sem contar as ofensivas contra o meio ambiente, a criminalização e assassinato de movimentos sociais, dentre outras violências.

Assim, a formação do território brasileiro encontra-se assentada em um sistema colonizador e predatório manifestado no modo de produção capitalista. O objetivo deste trabalho é buscar as brechas existentes nesta organização territorial do Brasil, os espaços de ruptura, regidos por lógicas comunitárias e horizontais. Para a escritora e ativista Bell Hooks, a margem é um espaço de abismo profundo, um local de imaginação de alternativas e construção de novos mundos (HOOKS, 2019); e serão nas margens que buscaremos essas fraturas contra-coloniais. As margens do rio São Francisco, marcadas por uma intensa produção mercadológica do espaço - parques eólicos, hidrelétricas, transposição, transnordestina, perímetros irrigados, fazendas agropecuárias, dentre outros -, possuem em contraste a construção de territórios de vida, que lutam por autonomia e direitos.

A palavra *fraturas* vem do movimento de ocupação de La Victoria², discutido por Raúl Zibechi, ao afirmar que a ocupação “implica uma fratura radical para com as lógicas institucionais e com o princípio fundamental das democracias liberais, a propriedade” (ZIBECHI apud Grupo Identidade da Memória Popular, 2015); já a *contra-colonização* é uma proposta lançada pelo Nego Bispo que a compreende como “todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (SANTOS, 2019, p. 35).

² A ocupação de La Victoria foi um movimento que ocorreu entre as décadas de 1950-1970, iniciado por um grupo de moradores do centro de Santiago, no Chile, que se mobilizaram e construíram um assentamento que chegou a ter 18 mil habitantes, sendo “a primeira ocupação maciça e organizada de terras urbanas” (ZIBECHI, 2015, P. 40).

A partir dos diálogos informais realizados em campo no território dos Pankararu, povo indígena localizado no Sertão do São Francisco, no estado de Pernambuco, da sistematização das informações da caderneta de campo e da discussão teórica sobre a temática, iremos apresentar o movimento de autodemarcação iniciado pela comunidade às margens do rio São Francisco, que devido a uma demarcação arbitrária foi excluído no processo de homologação da TI Entre Serras Pankararu.

Nesse sentido, inicialmente será feita uma análise sobre as permanências do sistema colonial no território brasileiro, para a partir daí buscarmos os espaços de descontinuidades, das fraturas contra-coloniais. A hegemonia territorial imposta pelo capital precisa ser questionada, a experiência do movimento de retomada iniciado pelos Pankararu abre um horizonte de possibilidades, da produção e ocupação do espaço a partir de outras epistemes e modos de vida.

1. O saque à terra e a natureza colonial do capitalismo

De acordo com o escritor moçambicano Mia Couto, “atribuir um nome é um ato de poder, a primeira e mais definitiva ocupação de um território alheio” (COUTO, 2015, p. 17); a América Latina, antes mesmo de ser ocupada e ter seus territórios nomeados em uma língua estrangeira, já tinha sido vendida e repartida com a benção da Igreja Católica aos reinos de Portugal e da Espanha. Na primeira carta enviada por Cristóvão Colombo em 1492 ao rei da Espanha, informando sobre sua viagem através do Atlântico, logo no segundo parágrafo de seu relato, Colombo passa a nomear todas as ilhas que o seu olhar conseguiu alcançar. A visão que ele aparenta ter sobre essas “novas” - na perspectiva europeia - terras é de um dono em relação a sua propriedade; o mesmo ocorre com Pero Vaz de Caminha ao comunicar o rei de Portugal sobre a sua viagem pela costa brasileira. Tanto os povos quanto a terra, desde os primeiros relatórios de viagem, são percebidos como pertencentes à coroa portuguesa e espanhola.

A la primera que yo fallé puse nonbre Sant Saluador, a comemoración de su Alta Magestat, el qual marauillosamente todo esto an dado; los indios la llaman Guanahani. A la segunda puse nonbre la isla de Santa María de Concepción, a la tercera, Ferrandina; a la quarta, la isla Bella, a la quinta, la isla Juana, e así a cada una nonbre nuevo. (Carta de Colón Anunciando el Descubrimiento, 1493)³

A conquista, no olhar do colonizador, é em grande medida com o intuito de tomar posse de um território que já lhes pertencia, do que sobre buscar estratégias para tomá-lo

³Domínio Público. Fonte:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5187>.

Acesso em: 30 de Junho de 2020.

de seus habitantes originais. Esse fator demonstra como desde o princípio as populações que viviam nestes territórios eram vistas como passivas e submissas às ordens da metrópole colonial. A narrativa hegemônica que foi reproduzida sobre o território da América Latina não teve como intuito abordar as diferentes visões a respeito de sua formação, sua história é reduzida ao território colonial, a terra da cana-de-açúcar, do ouro e do gado, é a história da metrópole em relação a *sua* colônia. Será a partir dessa concepção que irão se assentar as bases para a construção da sociedade brasileira; na história genealógica do Brasil, o racismo, o colonialismo e a violência são elementos estruturais que se perpetuam nas diferentes épocas e formações sócio-espaciais do país.

O passado colonial deixou sua marca não apenas no imaginário da população, nas suas reproduções simbólicas - em 1973, o Estatuto do Índio reforçava uma política colonial ao assumir uma postura assimilacionista e tutelar, tratando o indígena como uma identidade em transição -, mas também na organização do território brasileiro. A herança espacial do período colonial pode ser observada nas paisagens tomadas pela cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro, em uma organização territorial que marginaliza populações não brancas, excluindo-as do acesso ao território, nas grandes porções de terras destinadas à monocultura, que tem como finalidade a reprodução do capital em detrimento da reprodução da vida. De acordo com Milton Santos, “a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1982, p. 81), as relações sociais e os modos de produção se inscrevem no espaço e são influenciados por ele.

Tendo isso em mente, modos de produção e relações sócio-espaciais construídas na época colonial são aprofundadas - como o neoextrativismo e a superexploração da natureza - ou adaptadas aos novos contextos políticos brasileiros, como a burocratização com a finalidade de dificultar o acesso à terra pelos povos tradicionais e originários e a precarização de órgãos públicos que têm como objetivo promover a defesa e o auxílio a essas comunidades. Para compreendermos nossa malfadada herança colonial e a violenta incorporação do território brasileiro no sistema capitalista, faz-se necessário analisar as grafias (PORTO-GONÇALVES, 2002) coloniais, ou seja, a história territorial da colonização do Brasil, como essa geografia colonial irá organizar espacialmente a sociedade brasileira e influenciar na sua formação até os dias atuais.

Desde o princípio, a colonização do Brasil teve como fator motivador o suprimento das necessidades econômicas do reino de Portugal. A possibilidade de aumentar os lucros obtidos através do mercado e a intensificação das disputas pelas rotas comerciais irão se apresentar como alguns dos fatores que servirão como estímulos para

a coroa portuguesa se lançar além-mar com a finalidade de alcançar o monopólio comercial, como também estender o seu poder político sobre outros territórios. Assim, a organização espacial do território brasileiro ocorrerá de maneira a facilitar a extração de suas matérias primas e a expansão de uma “economia política do saque” (ARÁOZ, 2016).

A ideologia primário-exportadora poderá ser percebida de maneira mais evidente em 1534, quando o território brasileiro será dividido em Capitanias Hereditárias; essas primeiras divisões - estabelecidas arbitrariamente e sem considerar as reais delimitações feitas pelos povos originários - serão realizadas através de faixas de terras, ficando cada beneficiário nomeado pelo reino de Portugal responsável por uma parcela. O principal objetivo será o de auxiliar na exploração do território de forma a trazer lucros para a coroa. A primeira divisão político-administrativa do Brasil foi realizada pelas Capitanias Hereditárias, ou seja, as formações dos atuais estados e cidades tem suas raízes em uma delimitação colonial feita com o intuito de possibilitar o alcance do monopólio comercial pelo reino de Portugal.

O problema da história de uma sociedade, sua organização territorial e suas relações sociais estarem assentadas no comércio colonial primário-exportador está no sentido de que todos os recursos naturais e as matérias primas existentes nesse território irão pertencer a sua metrópole. O Brasil colônia nasce com o objetivo de atender a demandas externas. Nessa mesma lógica, os símbolos construídos dentro dessa sociedade colonial terão como base a cultura européia; as comunidades originárias e as populações africanas trazidas à força para a colônia estarão sempre à margem enquanto perdurarem políticas coloniais que organizam o território e reproduzem discursos que tratam identidades e culturas diferentes como inferiores e primitivas.

Antonio Carlos Robert Moraes afirma em seu livro “Território e História no Brasil” que a colonização representa uma relação entre a sociedade e o espaço, pois o processo de invasão e dominação dos territórios e da população necessita da criação de uma estrutura que consiga atender aos objetivos estabelecidos pelas metrópoles em relação às colônias. Nesse sentido, a colônia representaria a “internalização do agente externo, que passa a atuar como elemento de estruturação interna daquela localidade” (MORAES, 2005, p. 63).

A cartografia colonial se inscreve no espaço como uma rede de drenagem (MORAES, 2005), em que as mercadorias são escoadas por terra, mas especialmente através dos caminhos traçados pelos rios, para os portos fluviais onde serão despachadas para outros países. A utilização das bacias hidrográficas para o transporte de mercadorias terá como principal motivação as plantações de cana-de-açúcar. Nos primeiros anos de

colonização, o açúcar se apresentará como um dos produtos mais lucrativos no mercado europeu, as plantações de cana-de-açúcar irão obter um alto rendimento, especialmente nas terras localizadas no Nordeste do Brasil. Nessas áreas, o solo que predomina próximo aos leitos dos rios é o massapê, sendo muito fértil e propício para a produção da cana. Esse fator fará com que a maior parte dos engenhos destinados à produção de açúcar sejam localizados nas margens dos rios. Assim, o meio mais vantajoso para o transporte do açúcar para os navios portugueses atracados nos portos serão os rios.

Muito deve o Brasil agrário aos rios menores porém mais regulares: onde eles docemente se prestaram a moer as canas, a alagar as várzeas, a enverdecer os canaviais, a transportar o açúcar, a madeira e mais tarde o café, a servir aos interesses e às necessidades de populações fixas, humanas e animais, instaladas às suas margens; aí a grande lavoura floresceu, a agricultura latifundiária prosperou, a pecuária alastrou-se. (FREYRE, 2003, p. 87-88)

Tomamos a liberdade de acrescentar alguns pontos às afirmações feitas por Gilberto Freyre: os rios que “docemente” auxiliaram no plantio e transporte da cana, são os mesmo que posteriormente sofreram com a erosão hídrica, a degradação do solo e a poluição de seus leitos; suas águas não serão destinadas às populações que habitam às margens, mas às grandes fazendas e suas máquinas, que necessitam de um grande volume de água para se manter - em 2019, calculava-se que a irrigação consumia cerca de 52% do volume de água presente no Brasil⁴ -; por fim, “a grande lavoura floresceu, a agricultura latifundiária prosperou, a pecuária alastrou-se”, e no seu encalço a miséria, a fome e a expropriação das comunidades de seus territórios, para no seu lugar instalarem-se os latifúndios de cana-de-açúcar e as terras destinadas à pastagem do gado.

Como o Brasil colônia é percebido como uma extensão do reino de Portugal, toda a estrutura e as formações coloniais, pelo menos inicialmente, serão construídas de modo a atender às necessidades da metrópole. Essa organização do espaço não desaparece com o fim da colonização, mas se perpetua no território, deixando rastros ao longo da história do Brasil, rugosidades, ou seja, “heranças territoriais ou sócio-geográficas” (SANTOS, 2006, p. 25).

Contudo, essa estrutura construída de maneira a viabilizar o processo de colonização dos territórios não se limita ao sentido físico da palavra, mas compreende também a criação de uma nova realidade que tinha suas bases no pensamento ocidental. A construção do território não refere-se apenas a sua forma material, mas também compreende a formação de símbolos e de relações de poder (SOUZA, 2018). De acordo

⁴Dados da Agência Nacional de Águas (ANA), 2019. Fonte: <https://www.ana.gov.br/noticias/estudo-da-ana-aponta-perspectiva-de-aumento-do-uso-de-agua-no-brasil-ate-2030>

com Souza (2018), essa produção do território pode tanto ser a formulação de novas realidades, como também a reprodução, a repetição de modelos sociais anteriores. O território produzido no período colonial será assentado em símbolos e estruturas construídos na Europa Ocidental, que serão transplantados para os territórios colonizados. Assim, além da organização física do espaço brasileiro ser estruturada de forma a atender os interesses comerciais da coroa portuguesa, sua dominação também dependerá da reprodução de símbolos que legitimem a colonização.

En este sentido, el acto colonial, más que con la ‘conquista’, tiene que ver con la creación [...] la razón moderna emprende su acto de organización colonial del mundo a partir de la estructuración del complejo andamiaje institucional consistente en la articulación funcional del trípode Ciencia – Estado – Capital como base y medio de creación de lo real. (ARÁOZ, 2010, 36)

Se a racionalidade européia serve de parâmetro para analisar todas as outras sociedades, e se o pensamento ocidental seria, numa visão linear e evolucionista, o estágio mais elevado da evolução do homem, então toda e qualquer sociedade que se diferencie da Europa, seja em sua posição geográfica no globo ou nas suas representações sociopolíticas, serão percebidas como inferiores e marginais. O tempo colonial é pautado no que Boaventura de Sousa Santos (2006) irá chamar de uma “monocultura do tempo linear”, a história das sociedades estaria organizada segundo o tempo de um relógio universal que ditaria quem está no passado e quem encontra-se no presente. Nesse sentido, as sociedades vistas como primitivas serão categorizadas dessa maneira quando comparadas às sociedades “civilizadas”, que pertencem ao presente, ou seja, as sociedades da Europa Ocidental. É neste contexto que se estabelecem as violências epistêmicas (CRUZ, 2017) e que se fundamenta todo um discurso sobre o moderno e atrasado. As sociedades cristalizadas no passado, segundo um relógio universal, para conseguirem se estabelecer no tempo presente, necessitam ter suas narrativas, suas memórias e suas produções de conhecimento apagadas, isto é

[...] uma forma de exercício do poder que produz a invisibilidade do outro, expropriando-o de sua possibilidade de representação e de sua autorrepresentação; isto é, trata-se do apagamento, do anulamento e de supressão de símbolos, de subjetivação e representação que o outro tem de si mesmo, bem como de suas formas concretas de representações e registros de suas memórias e experiências. (CRUZ, 2017, p. 17)

Dessa forma, a violência é intrínseca ao processo de colonização, e sua efetividade depende da dominação dos povos e da exploração da natureza que existe em seus territórios,

[...] a colonização envolve conquista, e esta se objetivava na submissão das

populações encontradas, na apropriação dos lugares, e na subordinação dos poderes eventualmente defrontados. A colonização é, antes de tudo, uma afirmação militar, a imposição bélica (mesmo que, num primeiro momento, diplomática) de uma nova dominação política. As estruturas produtivas preexistentes devem ser assimiladas à nova ordem, seja pela sua incorporação, seja pela sua destruição. (MORAES, 2005, p. 65)

Saquear significa “apossar-se com violência de algo”; ao adentrarem em um território onde já existiam outras sociedades, matando sua população ou escravizando-a, e extraírem sem autorização e de maneira compulsória todos os seus recursos naturais, os colonizadores saqueiam um povo e a sua terra. O capital tem fome. Fome de desigualdade, violência e exploração. Ele tem em sua essência a necessidade de dominar através da espoliação e da transformação da vida em mercadoria. A acumulação do capital pressupõe a exclusão do trabalhador dos meios de produção, vendendo a sua força de trabalho e tornando-se dependente das regras ditadas pelo mercado.

Essa mercantilização compulsória da vida teve como pano de fundo um discurso legitimador vindo das metrópoles imperiais que introduziram as sociedades colonizadas em sua dinâmica. Esse período representará um marco na formação de uma aliança entre o capitalismo, o extrativismo e o colonialismo que perdurará até os dias atuais. Aráoz (2016), partindo de uma análise realizada por Rosa Luxemburgo, explicita o “vínculo orgânico” presente entre a industrialização e o crescimento econômico existentes na Europa e as políticas de extração-exportação implementadas nas colônias. O capital nasce em meio às políticas coloniais, portanto, a colonização está presente em seu gene e isso faz com que a sua existência dependa de estruturas e símbolos que tenham na sua base o colonialismo.

A análise de Rosa Luxemburgo é sumamente esclarecedora dessa desigualdade geográfica permanente no tempo, própria do capitalismo como sistema mundial. Para ela, o processo de produção de mais-valia que acontece nas metrópoles imperiais (“a acumulação como processo puramente econômico”) é inseparavelmente subsidiário da “política colonial”, que “se desenvolve no cenário mundial” no qual a acumulação acontece já “sem dissimulação” por meio da “violência, engano, opressão e rapina. (ARÁOZ, 2016, p. 453)

O vínculo permanente entre o capital e as políticas coloniais também vai determinar a geografia social do capitalismo (QUIJANO, 2005). De acordo com Quijano (2005), a concentração do modo de produção capitalista na Europa, proporcionando à população europeia trabalhos assalariados - mesmo que em muitos casos em condições precárias - e excluindo populações negras e indígenas da possibilidade de remuneração, irá definir a Europa como centro capitalista do mundo, e as sociedades coloniais que orbitam em seu sistema como territórios dependentes, que para sobreviver necessitam

seguir uma relação primário-exportadora de produção. A relegação do trabalho não assalariado aos povos originários e afrodescendentes também aprofundará as relações desiguais no mercado de trabalho e no acesso a recursos e oportunidades.

A realidade criada pela colonização esvazia a vida dos territórios, e o que se vê são espaços que devem viabilizar a extração de matéria prima e corpos que irão servir como mão de obra para o trabalho. A tentativa de genocídio de um povo não está somente na sua morte física, mas também na morte de seus símbolos, de suas identidades territoriais; o processo de colonização como uma política genocida tenta assassinar os corpos e as memórias dos povos indígenas e populações africanas. Contudo, concomitante à produção do espaço colonial, tem-se a emergência de territórios de resistência, que questionam o modo de produção hegemônico do território, propondo outras formas de convivência. A liderança Yanomami Davi Kopenawa descreve a sua percepção sobre o descobrimento dos brancos:

‘Nós descobrimos as terras! Possuímos os livros e, por isso, somos importantes!’, dizem os brancos. Mas são apenas palavras de mentira. Eles não fizeram mais que tomar as terras das gentes da floresta para se pôr a devastá-las. Todas as terras foram criadas em uma única vez, a dos brancos e as nossas, ao mesmo tempo que o céu. Tudo isso existe desde os primeiros tempos, quando Omana nos fez existir. É por isso que não creio nessas palavras de descobrir a terra do Brasil. Ela não estava vazia! (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 19)

O território que hoje é o Brasil não foi descoberto, foi invadido. Suas terras foram saqueadas e as vidas assassinadas em prol da expansão do capitalismo. Ao glorificarmos esse passado colonial, estamos legitimando um projeto pautado na dominação e no genocídio de nações negras e indígenas.

2. A fase senil do capitalismo e as cidadanias mutiladas

A desigualdade presente na formação das sociedades no período colonial foi a base para a reprodução de uma geografia desigual dos proveitos e rejeitos (PORTO-GONÇALVES, 2017). A geografia desigual do capitalismo estabelece desde o princípio quais as sociedades que possuem valor, ou seja, que são receptoras das matérias primas e energias, e quais os territórios de escoamento desses recursos, as sociedades *subdesenvolvidas*, as colônias. Partindo para uma escala regional, as comunidades colocadas às margens pelo sistema capitalista, majoritariamente de populações não brancas, sofrem com uma imposição desproporcional de impactos socioambientais e escassez de recursos naturais em seus territórios.

No final do século XX, a expansão das fronteiras de exploração do capital e o maior investimento em empreendimentos extrativistas tiveram como contrapartida o

crescimento dos conflitos socioambientais e o colapso dos sistemas naturais. Foram *tempos de ressaca* - esse é o termo utilizado pelo pesquisador argentino Horácio Aráoz para caracterizar o fim de uma fase de crescimento econômico decorrente da superexploração da natureza e o início de um período de ressaca, durante o qual emergem os impactos causados por uma busca cega pelo desenvolvimento. A fome do capital por cada vez mais matérias primas - em 2012, o Brasil exportou quase seiscentos milhões de toneladas de recursos naturais (GUDYNAS apud SAMANIEGO et al, 2019) - esbarra na finitude da natureza, e a busca incessante pelo progresso passa a pôr em risco a própria humanidade.

Neste contexto, Acosta (2016), ao estudar a América Latina, fala sobre uma “maldição dos recursos naturais”, a abundância e diversidade em recursos naturais presentes nos países latinoamericanos estariam atreladas a uma política de exploração e exportação para os centros capitalistas, e consequentemente no aprofundamento da pobreza nos territórios que têm seus recursos escoados.

A dominação da natureza é colocada, pelo discurso hegemônico, como único caminho a ser seguido para a resolução dos problemas do país; as políticas desenvolvimentistas são apresentadas enquanto um antídoto para as mazelas da sociedade, quando na realidade são a doença. A partir disso, a extinção da diversidade e os grandes desastres ambientais são justificados por um capitalismo senil (ARÁOZ, 2016) que coloca o lucro acima da vida e se reproduz a partir da exploração do trabalhador e da terra.

Com o avanço das políticas neoliberais e a expansão das fronteiras do capital, palavras como gigantismo e superexploração passaram a fazer parte do dicionário como definidoras de um período de alargamento do extrativismo e subalternização da vida. O neoextrativismo surge como um dos elementos estruturais dessa fase senil do capitalismo; de acordo com Svampa (2019),

O neoextrativismo contemporâneo pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, assim como na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital [...] o neoextrativismo também é um modelo sociopolítico e territorial, passível de ser analisado em escala local, nacional e regional. (SVAMPA, 2019, p. 33)

A sociedade passa a ser percebida através de uma lente mercadológica que fragmenta e objetifica a vida, vendendo-a a preços baixos no mercado. Dentro desse pacote desenvolvimentista, a homogeneização surge como um traço fundamental. Um

exemplo disso encontra-se na indústria agropecuária. O agronegócio tem como principais meios de reprodução a grande concentração de terras - 1% dos grandes estabelecimentos agropecuários detém quase metade das terras no Brasil (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017) - e a uniformização dos cultivos; nesta perspectiva, o intuito do setor alimentício não é alimentar as pessoas, mas saciar a fome do grande capital. De acordo com Campos et al. (2017), o agronegócio é

[...] entendido como uma complexa articulação de capitais (CAMPOS, 2011; DELGADO, 2012) que tem intensificado múltiplas desigualdades socioespaciais no Brasil, tanto por meio tanto da territorialização empreendimentos capitalistas quanto pela monopolização do território (OLIVEIRA, 2004), impondo novas dinâmicas espaço-temporais aos lugares. (CAMPOS et al., 2017, p. 261)

A racionalidade hegemônica se impõe às custas do extermínio da diversidade: o diferente é o desigual, não o diverso. Ainda segundo os dados do IBGE, apenas 8% dos proprietários rurais se autodeclararam enquanto pretos, sendo 45% brancos e 44% pardos; no caso do gênero, são 81,5% homens contra 18,6% de mulheres proprietárias rurais (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017). A partir disso, é possível afirmar que o monopólio da terra encontra-se ancorado em um corpo masculino e majoritariamente branco, nesse sentido, a territorialização do capital possui classe, raça e gênero.

É importante lembrarmos aqui a política de branqueamento implementada no séc. XIX pelo Estado brasileiro, que foi elaborada com a finalidade de dificultar ou negar o acesso ao território por populações não brancas e que repercute até os dias atuais no ordenamento territorial brasileiro. Um outro elemento que devemos ressaltar desses dados está na desigualdade de gênero. Segundo Svampa (2019), a masculinização do território apresenta-se como um aspecto comum às políticas extrativistas. Além da discrepância em relação à posse de terras, há um agravamento da questão ao considerarmos a estreita ligação entre atividades extrativistas, prostituição e o aumento do tráfico de mulheres.

[...] onde irrompem as atividades extrativas, caracterizadas pela masculinização dos territórios e pela ganância extraordinária, se intensificam e exacerbam diferentes problemáticas sociais, já presentes na sociedade. Assim, uma das consequências é a acentuação dos estereótipos da divisão sexual do trabalho, que agrava as desigualdades de gênero, produz o rompimento do tecido comunitário e dá força a redes de violência já existentes. (SVAMPA, 2019, p. 108-109)

Essas redes de violência são intrínsecas ao processo de acumulação do capital, sendo ampliadas por meio do extrativismo. Neste contexto, o Estado aparece enquanto um intensificador desses conflitos, pois “as instituições estatais operam como instrumentos dos donos do dinheiro e não como representantes dos interesses dos

cidadãos” (LANDER, 2016, p. 225); ao promover políticas paliativas de mitigação dos problemas, que visam apenas solucioná-los a curto prazo, o Estado acaba por agravar problemas estruturais presentes na sociedade, “buscou-se erradicar os males sem mexer nas raízes” (SANTOS, 2019, p. 125). Assim, a alienação da população ocorre a partir de duas frentes: através da promoção dessas políticas paliativas, como também da individualização da comunidade. A construção coletiva não é interessante nem rentável para o mercado, pois o consumidor individual possibilita uma maior capitalização da população, renunciando a um horizonte coletivo e privilegiando as relações estruturadas a partir do mercado (GUDYNAS, 2019).

Foi a partir desse Estado violento que visa atender aos interesses do grande capital, que surge a noção de uma cidadania mutilada (SANTOS, 2007), que restringe os direitos básicos a apenas uma parcela da população, dificultando ou deslegitimando reivindicações e lutas democráticas por direitos. Os direitos tornam-se privilégios em uma sociedade que possui 115 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, enquanto há um crescimento de 27% na fortuna de bilionários (BANCO MUNDIAL, 2020).

A fantasia desenvolvimentista promoveu a colonização e capitalização de todos os poros da vida (ZIBECHI, 2015). O capital se reproduz na sociedade como um parasita que se alimenta de todos os sistemas de vida, causando-lhes danos e até a morte; a continuidade desse sistema opressor que oferece a natureza e os corpos como alimentos para esse parasita, põe em risco a sobrevivência da própria humanidade. Não será através do consumidor individual que se achará uma solução para os problemas estruturais dessa sociedade moderno-colonial, mas sim a partir do coletivo, das organizações construídas desde a comunidade, das fraturas contra-coloniais que permeiam a sociedade e que constroem territórios de vida e de esperança.

3. Fraturas contra-coloniais na formação territorial brasileira

Até o momento buscamos analisar as bases da formação territorial brasileira, a partir de uma perspectiva de permanência da sociedade colonial que encontra-se enraizada no ordenamento territorial brasileiro, se aprofundando com o passar dos anos e adquirindo novas roupagens, como com o neoextrativismo e o discurso desenvolvimentista.

A acumulação do capital sobrevive a partir da produção e ocupação do espaço, a história territorial do Brasil contada até aqui demonstra esse movimento do modo de produção capitalista ao interagir com o espaço, dominando-o física e simbolicamente. Contudo, o que Santos (1982) destaca é que esse modo de produção, apesar de dominante, não é uma totalidade. O modo de produção capitalista não consegue atingir o espaço como

um todo, existindo “feixes”, fraturas, espaços de resistência que não foram atingidos por esse domínio.

[...] a produção do espaço pode se referir tanto à sua (re)produção, nos marcos do modelo social hegemônico, capitalista e heterônomo, quanto à emergência de novas significações, novas formas e novas práticas (que, em alguns casos, desafiarão explicitamente o *status quo* heterônomo. (SOUZA, 2018, p. 42)

Essa coexistência no espaço de relações sociais distintas acaba por produzir territórios que vivem em constante disputa. Isto posto, neste tópico iremos discutir sobre os territórios de vida, onde habitam povos que possuem geo-grafias diversas (PORTO-GONÇALVES, 2001), que não seguem os ponteiros de um relógio linear, mas que constroem seu próprio tempo, suas próprias racionalidades. De acordo com Santos (2007), “a nossa compreensão da globalização, portanto, é muito menos global do que a própria globalização”, ou seja, nos é imposta uma racionalidade única e colocada como universal; no entanto, existem outros caminhos para percorrer, outras epistemes que não partem da Ocidental, mas que são veladas ou até assassinadas por essa racionalidade hegemônica.

É importante destacarmos que ao falarmos sobre fraturas contra-coloniais e territórios de vida, não estamos falando sobre espaços estáticos, engessados em um tempo e um único modo de vida. Os espaços das contra-racionalidades assumem esse símbolo de resistência justamente por conta de sua diversidade, do reconhecimento da existência de mais de um mundo; e talvez o mais importante, de que “nenhuma forma de conhecimento pode responder por todas as intervenções possíveis no mundo, todas as formas de conhecimento são, de diferentes maneiras, incompletas” (SANTOS, 2007, p.88). O reconhecimento dessa incompletude, de que nenhum conhecimento é universal, é onde se encontra a revolução.

Zibechi (2015) aborda esses locais como territórios de emancipação política que coexistem com o modo de produção hegemônica, se manifestando como racionalidades que se inscrevem “nas dobras de um amplo repertório de assassinatos” (SIMAS; RUFINO, 2020, p. 8). Esse poder de resistência que emana do território desperta horizontes de possibilidades, de enfrentamento contra uma formação territorial excludente, surgindo a partir do coletivo, da comunidade.

Os Pankararu representam um dos diversos povos indígenas que foram territorializados às margens do rio São Francisco. Contando com uma população com cerca de 7.600 habitantes (SIASI/SESAI, 2014), o processo de identificação e demarcação de suas terras realizado pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) teve início em 1980 e só foi finalizado em 2006, sendo o território dividido em duas TI's, a

Terra Indígena Pankararu - homologada em 1987 - e a Terra Indígena Entre Serras Pankararu - homologada em 2006 -, ambas compreendendo os municípios de Jatobá, Petrolândia e Tacaratu, no Sertão do estado de Pernambuco, possuindo no total cerca de 8.100 ha (ISA, 2018).

A demarcação de terras indígenas se constitui como um processo intencionalmente burocrático e que é, muitas vezes, realizado de maneira arbitrária, sem considerar os marcos originais estabelecidos pelos povos indígenas. De acordo com o Relatório de Violência contra os Povos Indígenas (CIMI, 2018), das 1.290 terras indígenas em território nacional, 63% ainda aguardam alguma providência do governo federal no seu processo demarcatório. No que concerne à TI Entre Serras Pankararu, apesar da finalização do seu processo demarcatório, a sua área original foi reduzida, retirando da demarcação o acesso ao rio pelos Pankararu. A demarcação arbitrária, que desconsidera a relação dos Pankararu com o rio São Francisco, tanto de maneira simbólica pelos seus ritos quanto como forma de sobrevivência através da pesca, apresenta-se como uma manifestação de uma política fundada no racismo.

Em 2016, o povo indígena Pankararu iniciou um processo de retomada de um território com cerca de 700 metros de extensão, localizado às margens do rio São Francisco, no município de Jatobá. A retomada foi nomeada como “Opará” - denominação dada por alguns povos indígenas ao rio São Francisco que significa “rio-mar” - , e é liderada por um grupo de mulheres indígenas, tendo como líder uma cacica. Segundo as lideranças Pankararu, foram encontrados nesse local 6 marcos deixados pelo SPI que comprovam que essa região pertencia aos Pankararu anteriormente, sendo uma das reivindicações principais da retomada a sua legitimação junto à FUNAI.

Historicamente alvo de conflitos, a região do submédio do São Francisco despertou o interesse do capital, havendo uma concentração de empreendimentos que vão desde fazendas, parques eólicos, além do projeto de instalação de uma usina nuclear no município de Itacuruba, a 50 quilômetros do território indígena. Por conta disso, não é de se admirar que a TI Entre Serras Pankararu, apesar da finalização do seu processo demarcatório, teve a sua área original reduzida. Amparo (2012) evidencia que “‘ceder’ a terra, principal apelo dos índios, foi, em muitos casos, uma medida indigenista necessária para mantê-los afastados de outras” (AMPARO, p. 2012, p. 62); isso fica evidente ao observamos que a região que compreende o território dos Pankararu possui uma grande quantidade de fazendas de piscicultura instaladas às margens do rio São Francisco que teriam sido retiradas se o processo demarcatório fosse completo. O estabelecimento de criadouros artificiais de peixes, além de cercar uma área, impossibilitando o uso coletivo

daquele espaço, se constitui como um dos fatores que elevam o índice de poluição do rio, pois o excesso de alimentos não consumidos pelos peixes contamina as águas que circundam os tanques, prejudicando a pesca artesanal realizada pela comunidade indígena.

A retomada das margens do São Francisco tem como intuito a autodemarcação do território, subvertendo as delimitações impostas por atores de fora e alargando as fraturas contra-coloniais ao redefinirem as fronteiras do seu território. Hooks (2019) afirma que “quando nos movimentamos, confrontamos as realidades da escolha e da localização” (HOOKS, 2019, p. 281). Nesse sentido, o movimento de autodemarcação do território surge como um espaço de emancipação e autonomia, invertendo a lógica imposta pela sociedade hegemônica e produzindo um espaço que demarca seu próprio tempo e modos de ver o mundo. A luta não se encerra na conquista da terra, mas se perpetua na busca por autonomia, por uma política de vida que não entregue cidadanias mutiladas e territórios desmembrados pelo capital.

Um outro aspecto importante encontra-se no fato desse movimento de retomada ser liderado por mulheres indígenas. Como já discutimos, a expansão das fronteiras do capital carrega em seu pacote o aumento da violência contra as mulheres e de uma masculunização do território. A presença de mulheres Pankararu na linha de frente da ocupação do espaço manifesta-se como um deslocamento das relações de poder, uma inversão da ordem imposta por um corpo masculino e branco.

Além desses fatores, o processo de retomada é fundamental no sentido da comunidade mapear o seu próprio território. Por muitos anos os mapas ficaram restritos ao domínio do Estado, e consequentemente, atendendo aos interesses de quem estava no poder. Por conta disso, muitas comunidades tradicionais e originárias não têm os seus territórios representados nos mapas oficiais, dando margem para que empresas se instalem nesses espaços; Almeida (1993) destaca que “os extermínios, os massacres e os genocídios ao destruir a possibilidade de existência coletiva também significam metaforicamente ‘apagar do mapa’, que seria um eufemismo indicativo da supressão do território do outro” (ALMEIDA, 1993, p.18). Ao questionar as fronteiras impostas pelo Estado, a autodemarcação do território pela comunidade representa uma ferramenta política importante, pois rompe com o tecido de uma formação colonial do território brasileiro, expandindo esses espaços de ruptura e negando a legitimidade de um mapa que não os representa.

A defesa do território abarca diversas camadas. O pajé Washington Pankararu, ao ser questionado sobre o que move a sua luta pela terra, respondeu: “a espiritualidade, os

encantados”. A espiritualidade atravessa as relações da comunidade construindo um espaço-mundo imaterial que fortalece as identidades e a luta pelo território. Um exemplo encontra-se no Praiá, ente que usa vestes feitas a partir da fibra do Croá, planta nativa da Caatinga brasileira. O Praiá interliga o mundo material com o espiritual, se apresentando como um símbolo da identidade dos Pankararu e estando presente em todos os rituais e cerimônias realizados pela comunidade durante o ano inteiro; entretanto, a presença da prática predatória de extração do Croá surge como uma ameaça para os Pankararu, devido ao risco de extinção ou redução da planta por conta do desmatamento.

A trama de relações e trocas estabelecidas no rio São Francisco pelos povos indígenas se corporificou nos territórios construídos nas suas margens. Esses territórios, que encontram-se envoltos por ameaças e violências promovidas pelo grande capital, se constituem enquanto fraturas que desfazem a continuidade de um ordenamento colonial do espaço. Por 500 anos os povos das margens lutam pelos seus territórios de vida, criando dispositivos de enfrentamento que se adaptam aos diferentes tempos e contextos históricos, alargando os espaços das fraturas contra-coloniais e produzindo novos horizontes de resistência. A retomada das margens do São Francisco pelos Pankararu, auto demarcando suas próprias fronteiras, apresenta-se como esse lugar de “abertura radical” (HOOKS, 2019), de construção de territórios de emancipação e autonomia dos povos a partir de uma cosmo(geo)grafia originária. O reconhecimento do território de retomada pela FUNAI, com sua homologação como parte da TI Entre Serras Pankararu, representa um próximo passo nessa caminhada de luta e resistência.

Considerações finais

O Estado brasileiro se esgueira dos problemas estruturais existentes na sociedade a partir de políticas de manutenção da ordem: “optou-se por enfrentar a barbárie pela linha de menor confronto” (SANTOS, 2019, p. 13). É preciso reconhecer a herança colonial na qual o Brasil foi fundado, nos quase quatro séculos de uma economia escravocrata que transformou o território em um espaço de escoamento de recursos naturais e excluiu populações não brancas do acesso ao território. A origem da palavra “brasileiro” permanece atual, em uma sociedade que elege governos de extrema direita com discursos políticos respaldados na devastação da natureza e no massacre de populações não brancas, além da violência contra as mulheres e a comunidade lgbtqia+. No entanto, concomitante à formação colonial do território brasileiro, também foram construídos espaços de emancipação e enfrentamento, que resistem há mais de 500 anos de disputas territoriais e violências.

Neste trabalho, buscamos ao mesmo tempo trazer a lume a estrutura colonial que permeia a formação do Brasil, mas também nos reencontrarmos com esses espaços de abertura radical (HOOKS, 2019), que colocam a comunidade acima do consumidor individual, e que têm como horizonte a construção de uma política de vida plantada nas margens desse sistema dominante.

A experiência de autodemarcação das margens do São Francisco pelas mulheres Pankararu demonstra a possibilidade de questionarmos o que nos é imposto como oficial ou naturalizado pela sociedade. A retomada iniciada pelos Pankararu questiona uma estrutura, contrariando todo um ordenamento do território que foi delimitado arbitrariamente pelos grupos que detêm o poder. A desobediência surge como uma ferramenta de luta: desobedecer a ordem e criar novos espaços de vida, que considerem tanto o plano material quanto o imaterial. Mas a luta continua. Neste momento, é fundamental a legitimação do território da retomada Opará junto à FUNAI, assim como o enfrentamento contra o pacote mercadológico instalado no Vale do São Francisco, que se impõe às custas das vidas de povos originários e tradicionais.

A retomada apresenta-se como um alargamento dessas fraturas contra-coloniais que permeiam o território brasileiro; nesse sentido, faz-se necessário ampliarmos essas fraturas, produzirmos novos espaços de luta e de resistência, alargando não só o território, como também nossa visão, uma visão que considere outros modos de vida, de ser e estar no mundo. A busca de novos horizontes de luta começa pelas margens, nas margens do sistema capitalista, nas margens do Opará. Para isso, é fundamental considerarmos o valor intrínseco da vida, sejam humanos ou rios, plantas ou animais. Lutarmos pela vida em sua forma plena, enquanto sujeitos integrais, sem mais mutilações.

Referências

- ACOSTA, Alberto. **Extrativismo e neoextrativismo Duas faces da mesma maldição**. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge P. *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Carajás, a guerra dos mapas: repertório de fontes documentais e comentários para apoiar a leitura do mapa temático do Seminário-Consulta "Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?"**. UFPA: Editora Falangola, 1993.

AMPARO, S. S. **QUESTÃO INDÍGENA COMO QUESTÃO URBANA: NOTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA GEOGRÁFICA.** Revista Ensaios de Geografia, v. 1, n. 2, 2012.

ARÁOZ, Horácio Machado. **La ‘Naturaleza’ como objeto colonial. Una mirada desde la condición eco-bio-política del colonialismo contemporáneo.** Boletín Onteakien, Nº 10, 2010.

____ (2016). **O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca: a natureza Americana e a ordem colonial.** In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge P. Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. ; CASTILHOS, C. C. **Estado e agronegócio no Brasil: uma análise do papel dos poderes Executivo e Legislativo para a expansão do agronegócio.** In: Rosa Maria Vieira Medeiros; Michele Lindner.. (Org.). Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios. 1ed, Porto Alegre: Evangraf, 2017.

CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo (org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 1ª ed., 2017.

COUTO, Mia. **Mulheres de Cinza.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste.** São Paulo: Editora Global, 7ª ed., 2013.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais.** São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **Anseios: Raça, gênero e políticas culturais.** São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LANDER, Edgardo. **Com o tempo contado Crise civilizatória, limites do planeta, ataques à democracia e povos em resistência.** In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge P. Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Editora Annablume, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. Walter. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, setembro de 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo - para uma nova cultura política**. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

____ (2007). **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos estud. - CEBRAP, no.79, São Paulo, Nov. 2007.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: Ensaios**. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.

____ (2006). **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

____ (2007). **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Encantamento: sobre política de vida**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4ªed., 2018.

SVAMPA, Maristella. **As Fronteiras do Neoeextrativismo na América Latina: Conflitos Socioambientais, Giro Ecoterritorial e Novas Dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 1º ed., 2019.

ZIBECHI, Raul. **Territórios em resistência – cartografia política das periferias latino-americanas**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.

Beatriz Barbosa

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-8208-5217>

Email: biabarbosa42@gmail.com

Artigo recebido em 15/03/2021 e aceito em 20/05/2021